

A (IN)VISIBILIDADE DE PRÁTICAS ESPORTIVAS BRASILEIRAS

THE (IN)VISIBILITY OF BRAZILIAN SPORTS PRACTICES

LA (IN)VISIBILIDAD DE PRÁCTICAS DEPORTIVAS BRASILEÑAS

Leila Maria Prates Teixeira Mussi¹
Ricardo Franklin de Freitas Mussi²

Manuscrito recebido em: 28 de julho de 2021.

Aprovado em: 08 de dezembro de 2021.

Publicado em: 29 de dezembro de 2021.

Resumo

Esse texto objetivou discutir a (in)visibilidade de práticas esportivas desenvolvidas no cotidiano dos brasileiros não atletas até a década de 1970. Trata-se de um debate teórico-crítico-reflexivo. Notou-se que a ocupação do tempo livre por práticas corporais autônomas vem perdendo espaço para aquelas ditadas pelos interesses econômicos e políticos dominantes. A partir de uma abordagem historiográfica e cultural é possível reconhecer diferentes possibilidades da prática esportiva. Um olhar mais atento permitiu a identificação de importantes práticas esportivas invisíveis, que não atendem aos ditames regulamentares oficiais. A prática esportiva ao longo da história ainda é permeada por importantes (in)visibilidades/negligências da academia, que norteia sua perspectiva no modelo tradicional e baseada em comparações, que ignoram as múltiplas representações das culturas esportivas construídas, desenvolvidas e/ou adaptadas ao cotidiano dos sujeitos não atletas, práticas corporais livres e libertadoras.

Palavras-chave: Esporte; História; Cultura; Historiografia.

Abstract

This present text has aimed to discuss the (in)visibility of sports practices developed in the routine of non-athlete Brazilians until the 1970s. It is a theoretical-critical-reflective debate. It was realized that the occupation of free time by autonomous bodily practices has been losing its place to those dictated by dominant economic and political interests. From a historiographical and cultural approach, it is possible to recognize different possibilities of sports practice. A closer view has allowed the identification of important invisible sports practices, which do not meet the official regulatory dictates. Sports practice throughout history is still permeated by important (in)visibilities/negligences of the academy, which guides its perspective on the traditional model and based on comparisons, which ignore the multiple representations of sports cultures built,

¹ Doutoranda em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Mestra em História Regional e Local pela Universidade do Estado da Bahia. Professora na Faculdade Santo Agostinho de Vitória da Conquista. Integrante do Núcleo Internacional de Estudos em Direitos Humanos, Educação, Cultura e Saúde.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9673-1216> Contato: Imprates@hotmail.com

² Doutor em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Catarina. Docente no Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade da Universidade do Estado da Bahia.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1515-9121> Contato: rimumsi@yahoo.com.br

developed and/or adapted to everyday life of non-athlete subjects, free and liberating bodily practices.

Keywords: Sports; History; Culture; Historiography.

Resumen

Este texto tuvo como objetivo discutir la (in)visibilidad de las prácticas deportivas desarrolladas en la vida cotidiana de los brasileños no deportistas hasta la década de 1970. Se trata de un debate teórico-crítico-reflexivo. Se señaló que la ocupación del tiempo libre por prácticas corporales autónomas ha ido perdiendo terreno frente a las dictadas por los intereses económicos y políticos dominantes. Desde un enfoque historiográfico y cultural, es posible reconocer diferentes posibilidades de práctica deportiva. Una mirada más cercana permitió identificar importantes prácticas deportivas invisibles, que no cumplen con la normativa oficial. La práctica deportiva a lo largo de la historia todavía está impregnada de importantes (in)visibilidades/descuidos de la academia, que orienta su perspectiva sobre el modelo tradicional y basado en comparaciones, que desconocen las múltiples representaciones de culturas deportivas construidas, desarrolladas y/o adaptadas a la vida cotidiana. de sujetos no deportistas, prácticas corporales libres y liberadoras.

Palabras clave: Deporte; Historia; Cultura; Historiografía.

Introdução

A História Cultural já foi bastante elitizada, tanto nos sujeitos como nos objetos estudados, “a noção de cultura que a perpassava era uma noção demasiado restrita, que os avanços da reflexão antropológica vieram desautorizar” (BARROS, 2013a, p.58). Os debates promovidos durante o século XX permitiram o acréscimo de uma infinidade de interesses a esse campo historiográfico, passando a avaliar a cultura, também, como um processo comunicativo, haja vista que comunicar é produzir cultura, reconhecendo-se que a humanidade se comunica através dos gestos, do corpo e do seu modo de vida.

Essa nova proposta de História Cultural passa a se interessar pelos sujeitos produtores e receptores de cultura e para além desses sujeitos e agências que a produzem, estudam-se os meios através dos quais esta se produz e se transmite: as práticas e os processos (BARROS, 2013a). Assim, ela se interessa pela análise nas múltiplas perspectivas e pelos distintos sujeitos envolvidos, os populares e as ações cotidianas assumem posição central. Neste sentido, o ato de revisar a história e/ou discurso pressupõe construção prévia da consciência dos sujeitos e/ou eventos invisíveis, que podem ser considerados subalternos (KALIMAN, 2001). A questão é uma nova legitimação destes papéis históricos, valorizando a fala daqueles antes ignorados.

Valendo-se dessa discussão é que a história do esporte se constituiu e se constitui dos debates historiográficos, antropológicos e sociológicos, paralelo e intrínseco à sociedade e seu funcionamento político, econômico e cultural de maneira dinâmica. Neste sentido, o esporte enquanto fenômeno e prática sociocultural se associa “a uma rede de outras práticas e saberes diversos, de instâncias sociais e fenômenos políticos e culturais que estão interligados” (BARROS, 2013b, p.12), o que permite sua análise como meio para compreensão crítica da cultura vigente. Assim, há uma ruptura com a perspectiva ingênua do esporte como algo alheio à dimensão política (GIULIANOTTI, 2016; PAZIN, AZEVÊDO, NERY, 2019) e conseqüentemente econômica, social e cultural, tornando-o objeto de valor ao meio acadêmico-científico.

O esporte, em uma perspectiva ampla, fundamenta-se pela e na cultura, com sua prática sendo transmitida pelo meio social, pelo incentivo de alguém ou comunidade. É um fenômeno social humano singular, com importante presença na mídia, diante do elevado interesse e curiosidade nas mais diferentes regiões do mundo. No entanto, são reconhecidos importantes diferenças quanto as suas estruturações, desenvolvimento e inclusões segundo os grupos populacionais (ANDERETE SCHWAL, 2021).

A maneira como a atividade esportiva se apresenta é resultado dos valores sociais, conforme o grupo em que é praticada (SIGOLI; ROSE JÚNIOR, 2004). Este fato justifica estudos sobre suas origens, e desenvolvimento, visto que além das modalidades esportivas apresentarem características individuais e peculiares para a prática, sua presença populacional também é influenciada por fatores extrínsecos a esta, como a geografia, economia, cultura e outros elementos.

O esporte é mais do que uma modalidade de uso do corpo; mencionar apropriadas práticas como esportivas pressupõe reconhecer nestes grupos de ações um vínculo compreendido como modernização, civilização e disciplina (ELIAS, DUNNING, 2019). Essa manifestação encontra-se em constante constituição, considerando seus conhecimentos, saberes e valores históricos e culturais, sua diversidade de participantes, situações, locais, significados e finalidades.

O esporte “é coisa, mas é também fenômeno; é algo concreto, mas é muito mais mistério e sopro; é matéria revelada e igualmente alma escondida; é profano, mas visa o sagrado” (BENTO, 2006, p.166), manifestando-se sob diferentes possibilidades: prática propriamente dita, instrumento para intervenção e modificação da realidade social, método ou objeto educacional, meio de produção de riqueza econômica, manifestação cultural livre ou, até mesmo, mecanismo de alienação social.

Ainda é possível entendê-lo como “atividade que contempla ao mesmo tempo a dimensão lúdica (o jogo), o sentido de superação (a competição, o agonismo), o movimento humano e uma estrutura regulamentaria formal” (PEIL, 2000, p.126). Mais ainda, durante a prática esportiva é possível a visualização dos conflitos e desigualdades sociais, que ela pode reforçar (ANDERETE SCHWAL, 2021).

O favorecimento desses fatores individuais, dos seres humanos e criadores de cultura, pode explicar sua capacidade de atração e fascínio pelas pessoas, o que também explica seu uso por grupos dominantes para a manipulação e alienação das massas. Ou seja, o esporte é capaz de explicitar individual ou socialmente o exercício do poder, eminentemente opressor das massas.

A guisa de exemplificação, os crescentes estudos sobre História do Esporte ampliam a compreensão do desenvolvimento de uma ‘consciência de historicidade’, aceitando que “o esporte, em cada uma de suas inúmeras modalidades, constitui um universo em permanente transformação” (BARROS, 2013b, p.11). Segundo o contexto de análise, o esporte pode figurar enquanto sujeito e/ou produto, além de meio e/ou fonte para a compreensão histórica em sentido mais amplo, por representar traços culturais marcantes do momento histórico em análise. Tanto é assim que, atividades esportivas nas sociedades modernas movimentam, liberam e controlam o fluxo dos sentimentos e emoções, tratando de mantê-los na forma equilibrada, daí todo o sentido especial e fundamental do esporte nesta sociedade.

Dentro do enfoque histórico-cultural, a noção de “representação” é vista como um dos seus eixos fundamentais. A história cultural tem por finalidade identificar como uma determinada realidade cultural é construída, pensada em diferentes épocas e lugares. As “representações”, “em um campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação, produzem ‘lutas de representações’” (CHARTIER, 1990, p.17), que geram “apropriações” dessas representações conforme os interesses sociais, imposições e resistências políticas, motivações e necessidades humanas. Então, o presente texto pretende discutir a (in)visibilidade de práticas esportivas desenvolvidas no cotidiano de brasileiras(os) não atletas, praticantes recreativos, até a década de 1970.

Contextualizando o Esporte Moderno

O esporte moderno pode ser aceito dentre as principais e mais relevantes atividades historicamente desenvolvidas e/ou incorporadas pelas sociedades humanas. De acordo com Vigarello e Holt (2009), o esporte pode ter nascido das festas e jogos tradicionais, após a ocorrência de mudanças estruturantes que tornaram o seu desenvolvimento possível.

No entanto, não é possível a negação que em alguns momentos, conforme desejo de prática, ausência de infraestrutura ou mesmo reconhecimento da importância do cumprimento da totalidade formal esportiva, o caminho pareça relativamente inverso. Por exemplo, em alguns grupos comunitários específicos a atividade esportiva, “não segue a estrutura formal, está contextualizada às características, necessidades e especificidades locais” (MUSSI *et al*, 2015, p. 166), o que acaba nominando popularmente como esporte algo que ‘de fato’, ou conceitualmente, não seria a prática determinada, ou engessada, pelas instituições diretoras normativas, mas, também não seria o jogo popular criativo e livre de normas.

Então, o esporte moderno é uma das mais relevantes expressões culturais da humanidade, presente em diferentes regiões do mundo, muitas vezes atendendo demandas e especificidades locais determinadas pelo momento histórico, infraestrutura e características institucionais, financeiras e físicas, que podem facilitar ou dificultar a aderência de seus praticantes.

No campo político apresenta-se como veículo de comunicação de massa, com regras e linguagem simples, carregado de tensão emocional capaz de veicular objetivo e ideologias (SIGOLI; ROSE JÚNIOR, 2004). Neste sentido, pode tornar-se alienador em prol do prestígio político (PAZIN; AZEVÊDO; NERY, 2019), fundamentalmente diante do sentimento de compensação ao cotidiano sofrido e/ou pela percepção equivocada do sucesso esportivo como do sujeito.

A estruturação institucionalizada confirma que o esporte moderno está predominantemente alicerçado na competição, produtividade, secularização, igualdade de oportunidades, supremacia do mais hábil, especialização de funções, quantificações de resultados e fixação de regras (FRANCO JÚNIOR, 2007), características que se estabeleceram em atendimento aos modelos científico cartesiano e econômico, e em diversos momentos da história é possível percebê-lo como instrumento de dominação pela elite política e/ou capital, a serviço dos interesses dos restritos grupos que detêm essas categorias de poder.

A qualidade e eficiência desse esporte moderno são mensuradas a partir dos resultados obtidos e os vencedores são premiados com troféus e medalhas, com prêmios simbólicos ou materiais que atestam a posição alcançada (GIGLIO, RÚBIO, 2013). Diferentemente dos jogos tradicionais, que se interessavam pela atividade praticada e suas complexidades, essa “nova prática” direciona sua atenção quase exclusivamente para o resultado final, a vitória, como símbolo de supressão do seu oponente, que será tomado com inferior e desqualificado.

Neste sentido, se verificou que o esporte, diferentemente dos jogos tradicionais, não atenderia mais somente ao ‘simples’ usufruto do tempo livre ou mesmo para o atingimento do prazer, ele passa a representar um novo modelo de práticas corporais, que coaduna com os objetivos morais, sociais e ideológicos do momento histórico da humanidade, portanto modelado aos paradigmas científico positivista e econômico capitalista.

Há que se atentar para outros aspectos determinantes da esportivização diretamente relacionados ao processo civilizador de maneira ampla. O espaço direcionado as práticas esportivas devem ser pensados em um contexto sistemático, com cada elemento recebendo valor específico (BOURDIEU, 2004), visto que as práticas corporais em populações específicas representam o pensamento coletivo e significam a afirmação do que é habitual, cultural e histórico para aquele agrupamento social.

Atentando para o uso do esporte ao longo da História, o esporte moderno, estruturado durante a Revolução Industrial, diferencia-se dos jogos da antiguidade pela “possibilidade dele ser regulamentado por regras oficiais, conhecidas e iguais para todos” (KNIJNIK, 2009, p.194), o que permitiu sua regularização, normatização, divulgação e supervisão prática, diminuição da violência (entre os jogadores e espectadores) e o aumento do autocontrole da atividade. No entanto, é importante reconhecer a limitação ou mesmo retirada de algumas características culturais regionais, tais como os padrões internacionais das arenas esportivas, que não pretendem mais respeitar a cultura do torcedor local e a arquitetura historicamente constituídas dos países sede dos megaeventos esportivos.

É reconhecido que o esporte moderno tem forte desenvolvimento ligado ao processo de urbanização/industrialização. Neste sentido, Vigarello e Holt (2009, p.421) comentam que “se o esporte amador atingia antes de tudo a classe burguesa no século XIX, a necessidade de oferecer aos operários o que a época vitoriana chamava de divertimentos racionais desempenhou também um papel importante na sua difusão”. Naquele momento, os trabalhadores precisavam de uma atividade que requeria habilidade, face ao novo modelo de trabalho que surgia: o trabalho mecanizado.

Mas, ao mesmo tempo, essa atividade precisaria de um controle e durante a Revolução Industrial emerge a necessidade do controle dos corpos e do tempo daqueles operários, mesmo durante a hora livre.

O tempo deixa de ser regido pela natureza para ser mecanicamente determinado pelo relógio das fábricas. Tal fato iria permitir não só a determinação de tempos de trabalho e não-trabalho, mas também a emergência de um tempo de lazer claramente definido (MARTA, 2013, p.1).

Esse modelo de controle dos corpos e da utilização do tempo fere a compreensão que “o tempo livre deve proporcionar ao sujeito o máximo autocondicionamento e o mínimo de heterocondicionamento” (MUSSI *et al*, 2015, p.159). Essa proposta não aceita que os participantes modifiquem livremente as regras, quanto à duração e segurança da atividade, para que os operários, cansados ou machucados, não “desfalcassem” as fábricas no dia seguinte. A diversão e a recreação, originalmente envolta na prática corporal, não representam mais o eixo central (apesar de não estarem totalmente excluídas), o que os empregadores desejam é um momento de ‘liberação corporal controlada’, por mais estranho que pareça, para a manutenção da produtividade trabalhista.

A reorganização do espaço urbano, com os trabalhadores controlados pela burguesia, que enxergava a necessidade de extinguir as práticas, conforme sua perspectiva, que não fossem ‘civilizadas’, demandou a necessidade de regulamentar os jogos. O tempo de não-trabalho poderia ser ocupado jogando ou assistindo-o, pois, antes de sua plena estruturação, “já havia um público ativo que frequentava os eventos de uma prática que não poucas vezes foi considerada, na percepção do tempo, como esporte” (MELO, 2012, p.28).

Sem querer desconsiderar os importantes movimentos em prol da ocupação do espaço esportivo ativo (RÚBIO, SIMÕES, 1999), percebe-se uma impressionante e crescente estruturação do acompanhamento corporal passivo para o usufruto da atividade esportiva, assim o trabalhador apresentaria ainda menos risco de se ausentar por lesão relativa à sua prática, mesmo diante da negação de momento de ação corporal livre e recreativa.

O desenvolvimento esportivo gera crescimento na quantidade de espectadores e, conseqüentemente, os locais de competições passam a dedicar mais espaço para torcedores. Essa estratégia permite que maior quantidade de trabalhadores seja controlada em seu tempo livre. No entanto, estes não seriam mais necessariamente esportistas, assumiriam em sua maioria absoluta, a posição de torcedores (SIGOLI; ROSE JÚNIOR, 2004), garantindo-se dessa maneira a dita liberação corporal controla, em larga escala e baixo risco para os corpos, com impactos alienantes e baixo risco corporal.

Na trajetória de configuração de popularidade da prática esportiva, muitos foram os desdobramentos e peculiaridades, com destaque a transição do século XIX e XX, quando chegam ao Brasil os ecos do fluxo internacional de desenvolvimento esportivo (MELO, 2011). Estudos³ ressaltam que, de maneira geral, no Brasil, o esporte moderno não passou pelo processo de desenvolvimento que foi vivenciado na Europa, mas, foi transplantado para atender aos interesses de uma oligarquia nacional. Representantes da oligarquia que viajaram à Europa, principalmente para estudar, retornam com uma visão de desenvolvimento social e humano que inclui a prática esportiva, primordialmente reservada à classe dominante.

É importante observar que diversas práticas esportivas, inicialmente permitida/direcionada a um grupo restrito (ANDERETE SCHWAL, 2021), acabaram se modificando, incluindo características peculiares da cultura regional, eminentemente advindas das classes mais populares brasileira. O maior exemplo é o futebol que adentrou em nosso país como um esporte altamente elitizado, mas após alguns anos passou a ser desenvolvido, com importantes adaptações facilitadoras da sua prática, nos terrenos baldios das periferias e cidadezinhas do interior e até mesmo em comunidades rurais⁴ de difícil acesso. De acordo com Mussi *et al* (2015) com o passar dos anos os negros, mestiços e brancos pobres foram se identificando cada vez mais com esse esporte que passou por ajustamento social e cultural transformando-o no ‘esporte nacional’.

³ Melo, 2011, Marta, 2013, Vigarello, 2009

⁴ Ver Mussi *et al*, 2015

Podemos entender esse processo como uma característica, tão bem analisada por Silvano Santiago (2000), na discussão sobre a antropofagia cultural, afinal, mesmo o futebol tendo chegado com suas regras institucionalizadas, o que prevaleceu e ainda prevalece no cotidiano social é sua prática pautada nas regras e maneira de jogar recriadas pelo povo. Portanto, essa antropofagia se propunha a uma espécie de renovação ritual, ou seja, um ato que, em termos culturais, metaforicamente se daria via devoração das culturas precedentes, neste caso o esporte institucionalizado. E é interessante atentar que esse “novo” esporte que surge nas terras brasileiras, o futebol arte com dribles e belas jogadas, encontra-se presente nos melhores clubes do mundo, mesmo diante da sua profissionalização.

No entanto, essa normatização de esporte moderno que se refere as modalidades tradicionalmente criadas e regulamentadas na Europa e/ou Estados Unidos merece atenção, haja vista que no Brasil e outros países da América Latina cabem a responsabilidade pela idealização e estruturação de modalidades esportivas como o futsal, futevôlei, frescobol, futebol de areia, e, possivelmente, outras atividades que já eram praticados pelos povos que habitavam essas terras antes da chegada dos europeus, como a peteca.

É importante ressaltar que há forte relação entre a difusão da prática esportiva e os locais nos quais estes foram ‘inventados’, constituindo territórios esportivos mais ou menos desenvolvidos conforme diversos fatores, tais como: o processo histórico colonial, presença e execução de políticas públicas esportivas, lógica de mercado e formação acadêmica-profissional para o seu desenvolvimento (NUNES, MATTEI, 2014). Neste sentido, os tradicionais centros metropolitanos, como a Europa, costumam apresentar estrutura esportiva competitiva maiores e/ou melhor estruturadas que outras regiões mundiais, diversas vezes negando ou dificultando o seu desenvolvimento em outros países.

Provavelmente essa negação do papel representativo que o Brasil e a América Latina possuem na criação e prática de Esportes está associada ao seu lugar de fala na economia e política mundial: lugar de subalternidade, que de acordo com Gayatri Spivak (2010) seria o sujeito de terceiro mundo representado no discurso ocidental apresentado na produção intelectual como parte dos interesses econômicos internacionais do Ocidente.

Assim, o Brasil, que não é detentor de poder econômico mundial, está sempre à margem das grandes corporações, até mesmo as esportivas como é o caso do Comitê Olímpico Internacional (COI) e da Federação Internacional de Futebol (FIFA). Dessa forma, não consegue estabelecer um melhor diálogo e inserir ou sugerir práticas esportivas e/ou mudanças que seriam altamente lucrativas, tanto economicamente quanto culturalmente, para nosso país e demais nações em situações semelhantes a nossa.

Essa análise da subalternidade dos países latino-americanos pode ser enriquecida com a crítica ao papel do “entre-lugar” que a cultura latino-americana e brasileira possui em relação as demais nações. Para Silvano Santiago (2000) o conceito de “entre-lugar” seria a cultura dominada poder contribuir com a arte afrontando a cultura dominante. Do embate, a consequente produção cultural se insere na universalidade, porque esta pressupõe, segundo o crítico, um processo de expansão em que respostas dos países periféricos são dadas aos valores da metrópole. Dessa forma, os países dominantes não dão nenhum aval ou reconhecimento a essa cultura. E no Esporte isso é presenciado a partir do momento que se tem modalidades criadas e já praticadas em muitos outros países, mas ainda continuam sem serem reconhecidos como esportes olímpicos como é o caso do futsal, futevôlei e futebol de areia.

Essa questão do Brasil e demais países da América Latina serem diversas vezes ignorados nessa discussão de “criação” do esporte moderno é também possível de discussão com os escritos de Santiago (2000) quando o mesmo critica os historiadores de ter durante muitos anos perpetuado a história tida como “oficial” e nesse caso específico, fazemos referência aos historiadores do esporte. Essa situação só obteve mudança significativa quando a história cultural passou a ser melhor analisada, conforme já discutiu-se no início desse texto. Santiago (2000) ainda utiliza a análise feita por Jacques Derrida para condenar a forma como a história foi escrita ao longo dos anos: através de comparações e esquecendo-se assim do ineditismo e até mesmo das recriações que era possível constatar nessas novas nações.

As interfaces do Esporte na sociedade moderna

Diante da sua irredutibilidade ou especificidade, características que o admite como elemento de cultura, a análise do fenômeno esportivo permite a compreensão de importantes transformações sociais (MOURA et al., 2010). A depender do modelo de sociedade o esporte acaba absorvendo seus preceitos sociais, econômicos e políticos. Afinal, as políticas inseridas e a visibilidade dada a determinadas práticas são essenciais para que a mesma se popularize.

No Brasil, há diversas ocasiões na História em que o Esporte foi utilizado como ferramenta de aproximação entre governo e população. Isso aconteceu durante a Era Vargas e a popularização do futebol⁵ e foi ainda mais presente no período da Ditadura Militar (1964-1985), que percebia o Esporte “como uma esfera da cultura capaz de dar visibilidade política aos feitos da ditadura brasileira no âmbito internacional” (OLIVEIRA, 2009, p.389). Os sucessos da prática esportiva nas competições internacionais serviriam para exemplificar o modelo de gestão exitoso do Estado brasileiro e poderia surgir uma comparação as grandes potências da época que disputavam a hegemonia em todos os setores, desde econômicos a culturais.

O governo ditatorial brasileiro ainda entendia essas práticas esportivas com “um caráter prescritivo, identificado como um espaço promissor para a educação dos sentidos e da vontade, ligado à superação e à autodisciplina do corpo e da subjetividade” (PAZIN, 2014, p.29). O esporte foi empregado nas políticas desse regime autoritário ao longo da década de 1970, já que este sempre trabalhou muito bem nas mudanças relacionadas ao progresso, ora mobilizando energia, ora aguçando valores, sentidos e sensibilidades.

Em um contexto regional, para os governos militares nos países do Cone Sul, o Esporte poderia acalmar os ânimos da população, controlar os jovens que pudessem contestar o regime vigente que buscava legitimidade dos “atos institucionais” e das atitudes repressivas como os assassinatos, torturas e desaparecimentos (PADRÓS, 2012), um importante exemplo do uso esportivo em prol da alienação das populações.

⁵ Ver Pardini (2009)

O governo naquele período fomentava o modelo esportivo disciplinador de corpos, a pretensão era atuar na constituição de uma sociedade submissa e obediente. Assim como “o ideal de uma vida de ociosidade e de cultura, [...], foi pouco a pouco abandonada” (VIGARELLO, HOLT, 2009, p.428), nas sociedades europeias no século XIX, já nos países americanos ocorreu, de maneira tardia, no século XX.

Mesmo que o governo ditatorial brasileiro tenha implantado uma política esportiva, essa prática ocorreu menos no que tange a “movimentação do corpo” e mais ao desenvolvimento de uma “mentalidade esportiva” (OLIVEIRA, 2009). A campanha midiática empregada foi muito forte em relação à atividade esportiva, mas os investimentos econômicos não foram favoráveis para sua implementação em larga escala na sociedade ou pior os investimentos eram centralizados em modalidades que já tinham um certo destaque na mídia. Muitas modalidades esportivas hoje possuem inúmeras dificuldades de desenvolvimento e isso se deu devido a invisibilidade desses esportes na mídia e nas políticas públicas implantadas.

A ditadura, que enxergava na prática esportiva um mecanismo para o fortalecimento da centralidade do Estado, devido aos recursos escassos demandados para esse setor, acabou preparando o terreno para o capital privado. Neste contexto, “os esportes, tal como outras atividades culturais, estão em interação dinâmica com as diversas dimensões da realidade, influenciando e sendo influenciadas pelas mesmas” (MELO, 2009, p.137). A ocupação do tempo livre pela prática esportiva é sempre carregada de intencionalidades do momento histórico.

Destarte, atendendo ao novo modelo de sociedade capitalista, atividades antes desenvolvidas livremente pelas pessoas e comunidades, passam, após adequação estrutural, a assumir caráter laboral. O sujeito que desenvolvia essas atividades de maneira espontânea, agora passaria a executá-la segundo os ditames sociais burgueses, ou seja, trabalhadoras(es) deveriam aprender a responder aos incentivos monetários (HOBBSAWN, 2016), ratificando que “o trabalho mecânico começa a triunfar sobre o trabalho hábil” (VIGARELLO, HOLT, 2009, p.414). O trabalho que antes era muito mais caracterizado pela força e habilidade naquele momento se tornava automatizado e sem muita movimentação; dessa maneira, emerge a necessidade de se implantar regras para que aqueles trabalhadores pudessem continuar se exercitando, mas com um controle do tempo que deveria ser gasto.

Nesse processo de modernização do esporte, o elemento que circula é a norma, que segundo Foucault (2005, p. 302) “pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar”. Portanto, o controle dos trabalhadores poderia ser exercido até nos momentos de tempo livre, facilitando a normalização e disciplina dessa sociedade que emergia do capital e que percebe o tempo como dinheiro.

Essas características são fundamentais para o enfraquecimento da sua prática livre e recreativa e, simultaneamente, para o fortalecimento das questões relativas à promoção de sua dimensão competitiva, seguida da “profissionalização”. No entanto, no sentido contrário emerge o Movimento Esporte para Todos, no final da década de 1970, que pretendeu a democratização das práticas esportivas (TUBINO, 2003).

Assim, Dias, Fortes e Melo (2014) alertam que mesmo ao se espriar pelo mundo os contatos materiais e simbólicos se relacionam em diferentes graus com as peculiaridades locais. Assim, podem ser percebidos diferentes níveis de desenvolvimento nas diversas modalidades esportivas praticadas, segundo o local, grupo social, momento histórico e situação econômica por exemplo.

Considerações finais

A História Cultural, superadora do modelo aristocrático tradicional, permite a demonstração que a prática esportiva, atividade popular, representa um importante elemento da cultura humana, capaz de contribuir na compreensão de questões sociais, políticas e econômicas conforme as diferenciações e/ou similaridades presentes nos mais diversos grupos comunitários.

O esporte moderno é caracterizado por normas que o diferenciam dos jogos, mas, socialmente parece que a prática esportiva não atende sempre os ditames regulamentares, haja vista que há situações em que o que prevalece é a prática de acordo com a estrutura que se possui naquela determinada sociedade ou grupos comunitários específicos.

A análise historiográfica do Esporte deve explicitar as ações políticas, econômicas e sociais que permearam, ou justificaram, seu desenvolvimento ou ‘quase’ esquecimento. Haja vista que “a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento de poder” (LE GOFF, 2010, p.470) muitas vezes a serviço de grupos ou instituições detentoras de maior capacidade financeira, educacional e política.

Quando buscamos informações mais detalhadas sobre determinados esportes e suas funções na sociedade, percebe-se que ainda é um assunto cheio de lacunas e totalmente dependente de uma história tradicional e baseada em comparações. Diversos estudos⁶ apontam que esse campo de investigação ainda necessita de análises, principalmente quando se trata do não atleta brasileiro. Para tanto, tem-se a necessidade da progressão de estudos que promovam mais amplamente a interação teórica entre a história, sociologia, antropologia e outros campos que permitam a compreensão de elementos que influenciam e são influenciados pelo esporte moderno.

Referências

ANDERETE SCHWAL, M. Qué deportes practican los niños y las niñas aspirantes a una escuela preuniversitaria de argentina, según su origen educativo y su género. **Cenas Educacionais**, v. 4, p. e10349, 9 jun. 2021.

BARROS, J. D’A. **O Campo da História: especialidades e abordagens**. 9ª Edição. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013a.

BARROS, J. D’A. Prefácio. In: MELO, V. A. *et al.* **Pesquisa Histórica e História do Esporte**. Rio de Janeiro: 7 letras editor, 2013b. p.11-19.

BENTO, J. O. Corpo e Desporto: reflexões em torno desta relação. In: MOREIRA, W. W. (Org.). **Século XXI: era do corpo ativo**. Campinas: Papirus, 2006, p. 155-182.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

⁶ Ver Melo *et al.*, 2013; Priore, Melo, 2009

CHARTIER, R. **A História Cultural** – entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

DIAS, C.; FORTES, R.; MELO, V. A. Sobre as ondas: surfe, juventude e cultura no Rio de Janeiro dos anos 1960. In: FORTES, R.; MELO, V. A. **Comunicação e esporte: reflexões a partir do cinema**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2014.

ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca da excitação: desporto e lazer no processo civilizacional**. Lisboa: Edições 70, 2019.

FRANCO JÚNIOR, H. **A dança dos Deuses: futebol, cultura, sociedade**. São Paulo: Cia das letras, 2007

FOUCAULT, M. “Aula 17/03/1976”. In: **Em Defesa da Sociedade**. SP: Martins Fontes, 2002, p. 285-315.

GIGLIO, S. S.; RÚBIO, K. Futebol profissional: o mercado e as práticas de liberdade. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v.27, n.3, p.387-400, 2013.

GIULIANOTTI, R. **Sport: a critical sociology**. 2nd Ed. Cambridge: Polity, 2016.

HOBBSAWN, E. J. **A era das revoluções: Europa 1689-1848**. 37 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

KALIMAN, R. J. ¿Como Reconstruir La Consciencia de Lo Subalterno? In: RODRÍGUEZ, I. (Org.). **Convergencia de Tiempos: Estudios Subalternos/Contextos Latino-Americanos Estado, Cultura, Subalternidade**. Amsterdam – Atlanta, 2001, p. 61-69

KNIJNIK, J. D. **Handebol**. São Paulo: Odysseus Editora, 2009. (Coleção Agôn, o espírito do esporte).

MARTA, F. E. F. O Esporte nas primeiras edições do Jornal 'A Tarde'. In: Simpósio Nacional de História da ANPUH, 27, 2013, Natal. **Anais...** Natal: ANPUH, 2013.

MELO, V. A. O corpo esportivo nas searas tupiniquins – panorama histórico. In: DEL PRIORI, M.; AMANTINO, M. **História do Corpo no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2011. p.507-530

MELO, V. A. *Sportsmen: os primeiros momentos da configuração de um público esportivo no Brasil*. In: HOLLANDA, B. B. B.; SANTOS, J. M. C. M.; TOLEDO, L. H.; MELO, V. A. **A Torcida Brasileira**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012. p.21-52.

MELO, V. A.; FORTE, R.; PERES, F.; COUTO, A. A. G. **Pesquisa Histórica e História do Esporte**. Rio de Janeiro: 7 Letras editor, 2013.

- MOURA, D. L.; BENTO, G. S.; SANTOS, F. O.; LOVISOLO, H. Esporte, mulheres e masculinidades. **Esporte e Sociedade**, v.5, n.13, p.1-22, 2010.
- MUSSI, R. F. F.; MUSSI, L. M. P. T.; BAHIA, C. S.; AMORIM, A. M. Atividades físicas praticadas no tempo livre em Comunidade quilombola do Alto Sertão baiano. **Licere**, Belo Horizonte, v.18, n.1, p.157-187, 2015.
- NUNES, C. C.; MATTEDI, M. A. Esporte e território: a territorialização do handebol no estado de Santa Catarina. **Record: Revista de História do Esporte**, v.7, n.2, p.1-30, 2014.
- OLIVEIRA, M. A. T. O esporte brasileiro em tempos de exceção: sob a égide da ditadura (1964-1985). In: DEL PRIORI, M.; MELO, V. A. (orgs.) **História do Esporte no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2009. p.387-416
- PADRÓS, E. S. A ditadura civil-militar Uruguia: doutrina e segurança nacional. **Revista Varia História**, v.28, n.48, p.495-517, 2012.
- PARDINI, M. M. A narrativa da ordem e a voz da multidão: o futebol na imprensa durante o Estado Novo (1937-1945). 236 f. **Dissertação** (Mestrado em História Social). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.
- PAZIN, N. P. A. Esporte para Todos (EPT): a reinvenção da alegria brasileira (1971-1985) 2014. 304 f. **Tese** (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2014.
- PAZIN, N. P. A.; AZEVÊDO, D. P.; NERY, M. S. Política de massificação do esporte. **Cenas Educacionais**, v. 2, n. 2, p. 61-95, 2019.
- PEIL, L. M. N. O Esporte no 3º Milênio. In: Fórum Olímpico 2000, 2000, Porto Alegre. **ANAIS...** Porto Alegre: UFRGS, 2000, p.125-130.
- PRIORE, Mary Del. MELO, Victor A. (orgs) **História do Esporte no Brasil: do Império aos dias atuais**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- RÚBIO, K.; SIMÕES, A. C. De espectadoras a protagonistas - A conquista do espaço esportivo pelas mulheres. **Movimento**, v.5, n.11, p.50-56, 1999.
- SANTIAGO, S. O entre-lugar do discurso latino-americano. In: SANTIAGO, S. **Uma literatura nos trópicos: ensaio sobre a dependência**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 9-26.
- SIGOLI, M. A.; ROSE JÚNIOR, D. A história do uso político do esporte. **Revista brasileira de Ciência e Movimento**, v.12, n.2, p.111-119, 2004.
- SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Edufmg, 2010, p. 85-126.

VIGARELLO, G.; HOLT, R. O corpo trabalhado: ginastas e esportistas no século XIX. *In*: CORBIN, A.; COURTINE, J.; VIGARELLO, G. (org.). **História do Corpo**: da revolução à grande guerra. 3 ed. Vol. 2. Petrópolis: Vozes, 2009. p.293-478.